

A RELAÇÃO ENTRE O CAPITALISMO NA PÓS-PANDEMIA E OS COLETIVOS DE CULTURA NOS SUBÚRBIOS CARIOCAS

Claudio Jorge Soares¹
Caterine Reginensi²

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar os efeitos da distribuição desigual dos investimentos públicos e privados e seus efeitos nefastos na Cultura nos Subúrbios Cariocas durante a pandemia de Covid-19. Ancorado em pesquisas realizadas a partir das redes sociais, da vasta oferta de informações das mídias sociais conjugadas com material de pesquisa de campo colhido antes da pandemia, o artigo também visa apresentar as fragilidades expostas pelo capitalismo como sistema produtor de bem-estar social. Para isso, apresentaremos uma análise comparativa do desenvolvimento capitalista no Brasil sob a perspectiva cultural. Porém, para que a análise tenha um fio lógico, é necessário apresentar o conjunto de acontecimentos históricos que levaram a economia da cidade do Rio de Janeiro e da Região Metropolitana ao estágio de estagnação atual trazendo consequências para os investimentos em políticas públicas mais robustas. Essa retrospectiva começa com a adoção da cultura como instrumento de desenvolvimento e de afirmação nacional; a perda da liderança da cidade do Rio de Janeiro como principal polo de desenvolvimento industrial do País para São Paulo; a perda da capitalidade e seus efeitos econômicos; a ditadura militar; a redemocratização e a crise econômica dos anos 1980; e, por fim, as mudanças na estrutura produtiva da indústria.

Palavras-chave: Pandemia; Coletivo; Cultura; Capitalismo; Subúrbios.

¹ Doutorando em Políticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2146-5830> E-mail: cjorgesoes@yaho.com.br

² Doutora em Sociologia pela Université de Paris VIII. Docente do Curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais do LEEA/CCH/UENF. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8032-6144> E-mail: creginensi@gmail.com

THE RELATIONSHIP BETWEEN CAPITALISM IN THE POST-PANDEMIC AND THE CULTURE COLLECTIVES IN THE OUTSKIRTS OF RIO DE JANEIRO

Summary

This article presents the effects of the uneven distribution of public and private investments and their negative effects on the Culture in the Outskirts of Rio de Janeiro during the Covid-19 pandemic. Based on studies from social networks, the wide range of information available on social media, and field research data obtained before the pandemic outbreak, the article also intends to show the weaknesses revealed by capitalism as a system of social welfare. For this, we introduce a comparative analysis on the capitalist development in Brazil from a cultural perspective. For the analysis to have a logical line, however, it should be presented the set of historical events that led the economy of the city of Rio de Janeiro and the Metropolitan Region to the current stage of stagnation, bringing consequences for investments in more robust public policies. This retrospective begins with the adoption of culture as an instrument of development and national affirmation; the loss of leadership of the city of Rio de Janeiro as the main industrial development pole of the country to São Paulo; the loss of capital status and its economic effects; the military dictatorship; the redemocratization and the economic crisis of the 1980s; and the changes in the productive structure of the industry.

Keywords: Pandemic; Collective; Culture; Capitalism; Outskirts.

LA RELACIÓN ENTRE EL CAPITALISMO EN LA POST-PANDEMIA Y LOS COLECTIVOS CULTURALES DE LOS SUBURBIOS DE RÍO DE JANEIRO

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar los efectos de la distribución desigual de las inversiones públicas y privadas y sus efectos nocivos en la cultura en los suburbios de Río de Janeiro durante la pandemia de Covid-19. Fundamentado en investigaciones realizadas en las redes sociales, la vasta oferta de información de los medios de comunicación social combinada con el material de investigación de campo recopilado antes de la pandemia, el artículo también pretende presentar las debilidades expuestas por el capitalismo como sistema productor de bienestar social. Para ello, presentaremos un análisis comparativo del desarrollo capitalista en Brasil desde una perspectiva cultural. Sin embargo, para que el análisis tenga un hilo conductor, es necesario presentar el conjunto de hechos históricos que llevaron a la

economía de la ciudad de Río de Janeiro y de la Región Metropolitana a la actual etapa de estancamiento trayendo consecuencias para las inversiones en políticas públicas más sólidas. Esta retrospectiva comienza con la adopción de la cultura como instrumento de desarrollo y afirmación nacional; la pérdida de liderazgo de la ciudad de Río de Janeiro como principal polo de desarrollo industrial del país a favor de São Paulo; la pérdida del status de capital y sus efectos económicos; la dictadura militar; la redemocratización y la crisis económica de los años ochenta; y, finalmente, los cambios en la estructura productiva de la industria.

Palabras clave: Pandemia; Colectivo; Cultura; Capitalismo; Suburbios.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar os efeitos da distribuição desigual dos investimentos públicos e privados e seus efeitos nefastos na Cultura nos Subúrbios Cariocas durante a pandemia de Covid-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020. Ancorado em pesquisas realizadas a partir das redes sociais, da vasta oferta de informações das mídias sociais conjugadas com material de pesquisa de campo colhido antes da pandemia, o artigo também visa apresentar as fragilidades expostas pelo capitalismo como sistema produtor de bem-estar social. Para isso, apresentamos uma análise comparativa do desenvolvimento capitalista no Brasil sob a perspectiva cultural. Quanto à metodologia, utilizamos os princípios da pesquisa qualitativa, com enfoque bibliográfico. Como resultado, espera-se que os coletivos culturais continuem expondo seu potencial criativo para mostrar que o subúrbio resiste a despeito da ausência do poder público. Na conclusão, verificamos que iniciativas produzidas virtualmente conseguiram ampliar seu público e contribuir para políticas de redução da fome com campanhas que juntam cultura e combate à desigualdade.

COVID-19 E O CAPITALISMO

Fazer uma reflexão acerca do futuro do capitalismo no mundo pós-pandemia e dos desafios postos para os movimentos sociais é um exercício dos mais complexos diante do caos no qual estamos mergulhados. Mesmo os analistas mais experientes e bem-informados não arriscam um prognóstico, pois superada a pandemia, teremos

que conviver com os efeitos da “sindemia”, neologismo criado pelo médico e antropólogo americano Merrill Singer na década de 1990. Este termo define a interação entre as palavras sinergia (força cooperativa) e pandemia (epidemia global provocada por doença infecciosa). Segundo o médico americano, além da potencialização infecciosa, os fatores socioeconômicos e as condições ambientais também exercem muita influência na potencialização contagiosa.

Em recente artigo, Richard Horton, editor da revista científica *The Lancet*, destaca os aspectos sociais, econômicos e étnicos que envolvem as populações mais vulneráveis e que devem servir como chamamento para uma reflexão mais ampla a respeito do tema. Segundo Horton (2020, p. 874), “Não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a busca por uma solução puramente biomédica contra a COVID-19 vai falhar” se não considerarmos os aspectos socioeconômicos que vulnerabilizam as populações que vivem em situação de fragilidade nos países com maior desigualdade social. Horton chama a atenção para outro artigo publicado por Singer em 2017, em que o médico americano alertava para a necessidade de uma abordagem sindêmica mais ampla do que a clínica médica e de saúde pública, uma atuação que envolvesse políticas públicas, tais como emprego, habitação, educação, alimentação e meio ambiente, como forma mais eficaz de combate e controle da doença.

A partir da conceituação de Singer (1990) e da afirmação de Horton (2020), a proposição deste dossiê ganha mais validade, pois as condições socioeconômicas das comunidades se mostram fundamentais para que o combate à sindemia seja eficiente. Nesse sentido, a forma como o capitalismo aplica o seu excedente é decisiva para demonstrar qual é o índice de sucesso de uma determinada nação ou comunidade no combate à enfermidade – que causará mais vítimas em consequência da vulnerabilidade da sociedade devido à sua estrutura política de bem-estar social vivenciada. Em muitas nações, esta política pública está completamente associada às condições impostas pelo mercado, ou seja, segue as orientações de bancos de investimento e agências de fomento regidas por grandes fundos de investimento. Portanto, vivem da geração de dividendos oriundos da rentabilidade de operações de crédito junto a nações ou outros entes federados. Isso significa dizer que quanto

mais alta a dívida pública do Estado, maior lucro esses fundos terão em um fluxo contínuo de financiamentos, aumento da dívida pública e miséria.

Nos casos brasileiro e carioca, mais especificamente – e para uma associação com o tema dos coletivos de cultura –, vamos retroceder a 1922, na *Semana de Arte Moderna*, e refletir sobre os seus efeitos para a cultura nacional. Ao retratar a questão do hibridismo da nossa cultura, Haesbaert (2012) recorre ao movimento antropofágico para caracterizar uma arte genuinamente brasileira, uma vez que a antropofagia, segundo o manifesto escrito por Oswald de Andrade, é a forma de romper com a cultura messiânica do colonizador na produção do novo. Além disso, a *Semana de 22* vai coincidir com o período de início de uma mudança no modelo produtivo nacional e na transição de um país de economia primária para uma maior participação da indústria no produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Dito isso, pode-se, então, afirmar que, nos coletivos culturais contemporâneos presentes na vida cotidiana, impulsionando e dando protagonismo ao movimento cultural, são guardadas as proporções, as reminiscências de um movimento com um século de existência, que foi amadurecendo de acordo com a evolução da sociedade. É fundamental entender esta inflexão produzida no início do século XX para poder compreender o percurso que os coletivos de cultura e a própria cultura trilharam até os dias atuais.

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) consolidou tanto a cultura como um aparelho de Estado como a indústria nacional como alavanca para o desenvolvimento. A era Vargas marcou um período de forte industrialização e atração de muitas empresas que se instalaram em grandes áreas dos subúrbios (essa política vai ter forte impacto nos anos recentes). A política do Estado empreendedor (1945/1964) apontada por Pasternak-Taschner (1997) também deixou suas marcas com a criação da Fundação da Casa Popular, que desenvolveu programas de financiamento de habitações populares de modelo unifamiliar. Ao final do segundo Governo Vargas, o Rio de Janeiro já não gozava mais do status de locomotiva da indústria nacional. Foi, aos poucos, perdendo essa condição para São Paulo, o que só não abalou mais a economia, porque ainda contava com o fato de ser Capital da República, condição que logo perderia no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a transferência da Capital para Brasília.

A perda da capitalidade não só aprofundou a crise econômica, mas evidenciou as práticas no baixo escalão da política local que dirigia a cidade. Enquanto os grandes quadros da política dedicavam-se aos temas nacionais, a cidade e os seus problemas foram sendo secundarizados, permanecendo sob a administração de quadros políticos herdeiros das formas de fazer política vinculada ao assistencialismo, ao compadrio e a outras práticas não republicanas. Segundo Osorio, Rego e Versiani (2017, p. 73-92), “[...] a transferência da Capital para Brasília, em 1960, e a consolidação dessa transferência no correr da década de 1970; a carência de reflexão regional e de adequadas estratégias regionais de fomento ao desenvolvimento; ao lado da particular degradação política que a cidade e o Estado do Rio sofreram em consequência do golpe de 1964 são fatores absolutamente centrais no processo de degradação econômico-social do atual estado do Rio de Janeiro, no cenário brasileiro”. Essa equação foi o fermento necessário para o crescimento do Chaguismo³ como uma práxis política conservadora e clientelista, da qual a cidade do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana ainda não conseguiram pôr fim. Mas esse também foi o período de consolidação dos coletivos de cultura como polos de irradiação do fazer cultural assim como de resistência ao modelo ditatorial que se instalava, com destaque para a atuação do Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes.

Outro fator que deve ser levado em consideração nesse período para o nosso entendimento do processo de ocupação espacial na cidade é o projeto segregador que contribui para o acelerado crescimento da favelização e ocupação irregular nos subúrbios. A Política Higienista adotada no governo de Carlos Lacerda (1960-1964) tinha por objetivo desocupar áreas situadas na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, as quais possuíam grande valor comercial para o mercado imobiliário (VALLADARES, 1978). Nesse contexto, muitas comunidades situadas no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas foram removidas com o uso da violência, entre elas as favelas da Praia do Pinto, Catacumba e Ilha das Dragas.

³ Prática política baseada no clientelismo conservador, importada do Adhemarismo paulistano pelo governador Chagas Freitas (1971-1975). No Rio de Janeiro, ficou conhecida como a política da bica d’água, pela forma pontual de atender às demandas paroquiais da sociedade e não atacar os problemas de forma global na sua raiz.

Às ações segregadora e higienista apontadas por Valladares (2011) somam-se as ocupações de morros e periferias da cidade consolidando a institucionalização de um sentimento de estigma em relação a essas populações e apontando esses territórios como lugares de ausência e carências. Essa narrativa foi se cristalizando na sociedade, inclusive, entre os próprios atingidos e, principalmente, no aparelho de Estado. Tal estigma foi objeto de estudo de Fernandes (2011), que a considera uma construção ideológica, cujo objetivo era a segregação da população pobre e negra, afastando-a do centro da metrópole, criando um espaço de exceção destinado ao uso da burocracia estatal e da burguesia econômica (HOLANDA, 2018). Segundo o autor, esse, inclusive, foi o discurso utilizado para promover a transferência da Capital da República do Rio de Janeiro para Brasília. Porém, a construção de uma “ilha apartada” da plebe, tanto lá quanto no Rio de Janeiro, acabou por não se realizar com a ampliação do processo de dispersão espacial da ocupação do território, em atendimento e associação aos interesses da indústria imobiliária.

PRIMAVERA DA DEMOCRACIA

A cidade e o País atravessavam esse longo inverno da ditadura até que, em 1985, floresceu a primavera da democracia, mas não sem deixar feridas profundas em relação às instituições do Estado e da sociedade civil que apoiaram o golpe e a ditadura. O que surgiu novamente foi a possibilidade de organização e luta por dias melhores em uma profusão de movimentos societários e cooperativos. Toda essa movimentação acompanhada pelo retorno de muitos artistas que estavam no exílio e já haviam se mobilizado pelas eleições diretas⁴ (derrotada no Congresso Nacional) beneficiaram um arranjo político que levou ao poder o presidente Tancredo Neves. Com a ascensão do seu vice, José Sarney, o País voltou a respirar ares democráticos, e o movimento cultural acompanhou essa evolução. Pela primeira vez em sua história, o Brasil passou a ter um Ministério da Cultura que pudesse pensar de

⁴ Derrotada no Congresso Nacional que estabeleceu eleições indiretas através do Colégio Eleitoral (Emenda Dante de Oliveira).

maneira perene uma atuação para o setor, de maneira estruturante, como política pública.

No governo de José Sarney, foi promulgada a Lei Rouanet de incentivo fiscal à cultura em homenagem ao seu criador, o diplomata e filósofo Sérgio Paulo Rouanet. Mas a lei, assim como muitas ações estruturantes do Estado, estava atrelada a uma visão capitalista que privilegiava o mercado. Nesse sentido, o que poderia significar a ampliação de investimentos públicos no setor cultural acabou como um instrumento de aprofundamento das desigualdades no setor, servindo para beneficiar majoritariamente aqueles setores culturais mais alinhados com a indústria cultural do que com os fazeres da cultura popular e regional, representantes das minorias sociais.

O modelo desenvolvimentista associado ao mercado acabou aprofundando as desigualdades do ponto de vista econômico. Osorio, Rego e Versiani (2017) analisam uma série de indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que indicam a queda do estado do Rio de Janeiro na participação do produto interno bruto (PIB) nacional – entre 1970 e 2013 passou de uma participação de 16,7 para 11,8. É uma constatação clara de que a forma clientelista e sem planejamento adequado objetivando o bem-estar da maioria da população não foi benéfica para a sociedade em geral.

Salienta-se aqui outro aspecto envolvendo a mobilidade para descrever um dos efeitos mais perversos dessa falta de planejamento na distribuição populacional na cidade do Rio de Janeiro. Para Carlos Fernando de Andrade (2009), o “Rodoviarismo Guanabarrino” é um dos responsáveis. O autor identifica neste traço desenvolvimentista da expansão rodoviária um dos aspectos que impactaram o crescimento da cidade de forma desigual. Para ele, embora esse processo anteceda à perda da capitalidade para Brasília, foi com a mudança da Capital e a independência administrativa e financeira da cidade que o processo se acelerou, com a aplicação de recursos em atendimento aos interesses da indústria imobiliária em determinadas áreas da cidade que ainda não possuíam grande densidade demográfica. Para Andrade, a criação do Departamento de Estradas e Rodagens do Distrito Federal (DER-DF), em 1948, a abertura do túnel Santa Bárbara (Laranjeiras-Catumbi), a contratação do Plano Doxiadis, em 1964, pelo governador Carlos

Lacerda, e do Plano Lúcio Costa, pelo governador Negrão de Lima, em 1965, configuram elementos indiciais desse traço de expansão rodoviária.

Segundo Andrade (2009), caso os recursos drenados para a Zona Oeste (Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Baixada de Jacarepaguá) da cidade fossem destinados à Baixada Fluminense, o resultado em termos de justiça social seria outro, pois, na ocasião, a Baixada Fluminense e outras áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresentavam um índice de crescimento populacional muito maior por metro quadrado.

Se todo o capital investido naquela área, houvesse sido aplicado na região onde, efetivamente, havia crescimento demográfico, a Baixada Fluminense teria tido um destino mais alvissareiro, o que, certamente, teria diminuído o surto de favelização que a capital fluminense passa, desde então a sentir, malgrado as políticas de remoção que se seguiram nos primeiros governos guanabarinós (ANDRADE, 2009, p. 150).

As afirmações de Andrade (2009) demonstram o quanto o planejamento urbano vinculado aos interesses empresariais – muitas vezes não republicanos – podem trazer efeitos deletérios para todo o corpo social, inclusive, para a população imediatamente beneficiada, na medida em que, com a ampliação do processo de favelização e a precarização na oferta de moradias adequadas, também cresceu a violência urbana, sobretudo a policial, com o discurso de guerra às drogas. Aqui, podemos invocar as análises de Bourdieu (1997) em relação ao processo de segregação e estigmatização social, que reduz, de maneira significativa, as possibilidades de ascensão e mobilidade social por conta da baixa possibilidade de absorção de capital social nos espaços segregados e com oferta deficitária de oportunidades. Podemos inclusive dizer que essa ação faz parte de um projeto encomendado pelos governantes de então e financiado por toda a sociedade para benefício de alguns e prejuízo de todos, como os indicadores sociais demonstram.

A crise econômica da década perdida (1980) trouxe fortes reflexos na estrutura espacial dos subúrbios assim como na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados dessa crise são expressos no texto *Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980*, o qual traz uma análise pormenorizada do professor Wilson Cano (2011) sobre os efeitos da década perdida na economia nacional. Analisando o texto de Cano (2011), a professora Maria do Livramento

Miranda Clementino (2020) destaca uma “urbanização descontrolada e crescimento das cidades bastante anárquico” provocada pela captura do Estado, pelo capital imobiliário, ocasionando o caos social que presenciamos hoje em dia.

Essa relação com o mercado somente se aprofundou com os governos de Fernando Collor/Itamar Franco (1990-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), em um profundo processo de privatização de importantes ativos financeiros do Estado, na perspectiva de que, sob a administração privada, os setores representados por essas empresas se modernizassem (telecomunicações, química/fertilizantes, petróleo, bancos, entre outros). No entanto, a história mostra que, na maioria delas, o que ocorreu foram demissões em massa provocadas pelo contínuo processo de automatização das empresas, além do fato de as empresas privadas terem um compromisso primeiro com o lucro de seus acionistas. Portanto, as regiões que dependiam dos serviços, mesmo estes não sendo economicamente viáveis, ficaram muitas vezes prejudicadas, assim como a Zona Franca de Manaus⁵, no estado do Amazonas, onde a baixa densidade populacional na região não possibilita um retorno financeiro que justifique os investimentos necessários para a ampliação e modernização da infraestrutura de telecomunicações. No entanto, a falta de investimentos impedia que centenas de empresas instaladas na Zona Franca estabelecessem negócios com países do exterior por conta da instabilidade nas conexões de internet, o que ocasionou a mudança de algumas delas para outras regiões do País.

Outro setor que também apresentou sinais claros de retrocesso foi o sistema de transporte público do Rio de Janeiro. Tanto os trens urbanos quanto o metrô da capital reduziram o número de pessoas transportadas em relação aos números de antes da privatização. Mas o governo de Fernando Henrique Cardoso também deixou um importante legado. Foi sob a coordenação de Paulo Renato de Souza, seu ministro da Educação, que o Brasil colocou 95% das crianças em idade escolar na escola com a criação do Programa Bolsa Escola. Sem dúvidas, este feito abriu caminho para outros avanços na área de educação nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-

⁵ A Zona Franca de Manaus (ZFM) foi criada pelo Decreto-Lei no. 288, de 1967, como área de livre comércio, beneficiária de incentivos fiscais, com o objetivo de ocupação do território amazonense.

2010) e Dilma Rousseff. Tais avanços ajudaram a impactar o desenvolvimento dos coletivos de cultura nos subúrbios.

Os eventos narrados acima evidenciam a construção de uma cidade desigual, projetada com o objetivo de atender ao capital e aos seus representantes, com muito poucas exceções, por ser um modelo de desenvolvimento concentrador de riqueza. Foi nesse cenário que os coletivos de cultura ressurgiram como uma alternativa de organização social horizontalizada, que fugisse aos padrões hierárquicos que marcavam outros modelos associativos. Os governos Lula/Dilma tiveram grande influência no desenvolvimento dos instrumentos de resistência cultural, pois foi a partir de 2003 (primeiro ano do governo Lula) que se instaurou, no Ministério da Cultura, uma nova concepção da cultura como instrumento de desenvolvimento do Estado e de emancipação de povos até então oprimidos pelo preconceito e pela falta de políticas públicas mais consistentes – negros, índios, quilombolas, comunidade gay e outras minorias sociais.

As gestões dos ex-ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira durante o Governo Lula, entre 2003/2010, introduziram uma perspectiva mais alargada no entendimento do que é a cultura nacional e como ela deve ser encarada como elemento de transversalidade dentro do aparelho de Estado. Dessa mesma forma, devem ser incluídas as manifestações culturais dos povos originários e quilombolas, em um espraiamento espacial que possa compreender todo o território nacional. Esse espraiamento foi representado pela criação do Sistema Nacional de Cultura (2010)⁶, que caracterizava três dimensões basilares: a cultura como expressão simbólica; a cultura como direito de cidadania; e a cultura como potencial para o desenvolvimento econômico. Também é importante ressaltar a criação de centenas de Pontos de Cultura (2004), distribuídos por todas as regiões do País, como polos de produção permanente, fruição e difusão cultural. A essas iniciativas somam-se a ampliação no acesso aos bancos universitários de milhares de jovens de baixa renda – oriundos das camadas inferiores da nossa pirâmide social – proporcionada pela Lei

⁶ O Plano foi criado pela Lei n° 12.343, de 2 de dezembro de 2010, a partir de uma série de conferências realizadas nos estados e municípios, iniciadas em 2005.

de Cotas Sociais⁷, pelo Programa Universidade para Todos (Prouni)⁸, e a criação, ampliação e unificação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todo o território nacional. A junção dos fatores estruturação de coletivos de cultura a partir dos pontos de cultura e acesso dos negros e pobres às universidades, oriundos das periferias sociais, potencializa uma massa crítica e criativa que compõe o movimento de resistência cultural dos subúrbios cariocas.

Em recente artigo publicado no site *Outras Palavras*, o professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp) Márcio Pochmann faz uma análise da atual situação da economia nacional. Pochmann discorre sobre o projeto Tenentista (1930-1980), que durou entre os governos de Getúlio Vargas e o final dos governos militares com Ernesto Geisel. Fala sobre o rápido crescimento da população urbana, entre 1920 e 1990, e suas consequências com o crescimento da população urbana de 20% para 80% da população nacional, que, embora tenha significado alguma mobilidade social por conta das obras de infraestrutura urbana e da rápida industrialização, não significou um crescimento na mesma proporção das reformas civilizatórias (fundiária, tributária e social). Ou seja, embora tenha se cristalizado uma classe média e avanços em relação ao agrarismo, essa mobilidade foi marcada por iniquidades.

Segundo o professor Pochmann (2009), citando Max Weber (1922), iniquidades criaram as condições para os monopólios sociais, em que se concebem facilidades para poucos, tendo o aparelho de Estado como o produtor das assimetrias e hierarquizações na sociedade. Para Pochmann (2009), o discurso da meritocracia como um dos instrumentos retóricos nasce dessa relação entre a classe média e o Estado. No entanto, o economista destaca que a própria classe média é vítima dessa ação neoliberal do Estado, pois ela encolheu significativamente nos governos representados pelos “Fernandos” (Collor e Henrique Cardoso), entre 1995 e 2002, com a acelerada perda do capitalismo brasileiro, sobretudo, após o ingresso passivo

⁷ A Lei nº 12.711/2012 prevê a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

⁸ O Programa Universidade para Todos (Prouni) do Ministério da Educação oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior mediante uma série de condicionantes sociais (BRASIL, 2021).

e subordinado na globalização. Essa desindustrialização não só fez reduzir o tamanho da classe média – de 49,2%, em 1986, para 12%, no período supramencionado – como também transformou o Brasil no enorme “fazendão” do mundo, provocado pelo reposicionamento do país na divisão internacional do trabalho. Para Pochmann, isso significa a pejetização⁹ e o empregariado¹⁰ como soluções para o emprego das famílias, salvo aqueles que são os muito ricos, os rentistas e aqueles que mantêm relações com o Estado. Estes, a despeito da queda de 7% no PIB nacional dos últimos seis anos, aumentaram suas fortunas.

O recorte temporal do artigo do professor Márcio Pochmann nos possibilita ter maior clareza em relação ao conjunto de ações empreendidas pelo capital e compõe o que Giovanni Semeraro (2020, p. 8), professor do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Filosofia Política e Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), chama de engrenagens que estão levando o Brasil ao desgaste. As críticas fazem referência ao crescimento do fascismo com a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República. Segundo Semeraro, essa eleição representava uma tentativa de reestruturação do capitalismo. Para isso, adotaram como estratégia a radicalização neoliberal na economia, a tecnopolítica das *fake news* como meio de comunicação e controle das massas, o fundamentalismo religioso, a guerra ao Marxismo cultural, a repulsa à ideologia de gênero e o combate ao pensamento crítico.

Para a formulação de suas críticas, Semeraro vai buscar as origens do neofascismo brasileiro, que, para ele, estão assentadas no trágico processo de colonização, nos golpes, na pilhagem, na escravidão, na exaltação à violência, no racismo, na discriminação de todos os tipos e no machismo. Essas origens ainda permanecem entranhadas no inconsciente de parte da classe média e da elite burguesa da nossa sociedade e são os elementos que dão sustentação ao *Bolsonarismo*, segundo Semeraro (2020, p. 9):

[...] Bolsonaro representa, portanto, não é um ponto fora da curva, mas a culminância de um projeto tramado por poderosas forças nacionais e

⁹ Palavra derivada de Pessoa Jurídica, artifício criado pelas empresas de contratar os profissionais a partir de empresas, fugindo, dessa forma, dos encargos trabalhistas. Essa contratação, em sua maior parte, acontece pela contratação de Microempreendedores individuais (MEIs).

¹⁰ Neologismo surgido da fusão das palavras Empresário e Precário, que indica a situação dos pequenos e microempresários.

internacionais que se intensificou com a manipulação dos levantes de 2013, a instalação da Lava Jato e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, agressões imperdoáveis que deram origem ao nefasto governo Temer e à estratégia de progressiva ocupação em todas as áreas das Forças Armadas, articuladas com policiais militares e milicianos, dedicados a estabelecer um campo de guerra contra o inimigo interno.

A esta análise crítica do professor da UFF somam-se o aparato de coerção estatal (acrescentados aí o Ministério Público e Magistratura), os oligopólios da grande mídia e as estruturas de rapina encrustadas no Estado, que, segundo o próprio, se configuram como o ovo da serpente que foram chocados, na medida em que não foram objeto de reforma durante o período de ascensão democrática. Semeraro também não poupa a classe média que, por espírito de corpo e preconceito, sucumbiu a essa onda de planos sórdidos, temendo sofrer perdas com a ascensão social das classes populares, assim como pela amplificação midiática da violência. Para o professor, essa confluência de fatores está no DNA do desmonte da indústria nacional a partir de uma política servil aos Estados Unidos, possibilitando o saque das riquezas, a transformação do Brasil em colônia agrícola (o que Márcio Pochmann chamou de Fazenda do Mundo) e exportador de *commodities* baratas. Por fim, Semeraro faz um chamamento à organização e luta de classes, invocando o revolucionário Italiano Antônio Gramsci:

Neste conflito de proporções gigantescas pela reordenação do mundo, a sobrevivência do planeta e o futuro do Brasil, o projeto destrutivo do capitalismo aparece mais visível, mas torna-se também mais acirrada a luta de classe. A tarefa, portanto, que se desenha pela frente para as forças democráticas exige clareza de posições e comporta árduas lutas, de longa duração, que demandam uma “concentração inaudita da hegemonia” e “qualidades excepcionais de paciência e de espírito inventivo”, como diria Gramsci (SEMERARO, 2020, p. 10).

Todo esse sentimento descrito acima é traduzido pela sensação de desesperança captada pela pesquisa *Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia* (2021), conduzida pelo economista Marcelo Neri, diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social). A pesquisa buscou captar diversos sintomas subjetivos do estado de ânimo do brasileiro e comparar os resultados com uma pesquisa realizada em outros 40 países feita pelo Gallup World Poll. O resultado indica que o País piorou em todos os índices avaliados em relação ao resultado de

um ano atrás e na comparação com as 40 nações do estudo. Quando medidas as emoções cotidianas, constatou-se que o brasileiro está com uma sensação de raiva maior, saltou de 19%, em 2019, para 24%, em 2020, uma mudança de 5 pontos percentuais. No mundo, este avanço foi de 0,8 pontos percentuais. Na comparação do sentimento de preocupação, stress e tristeza, o índice sobe, respectivamente, para 3,6; 2,9; e 2,2 pontos percentuais a mais no Brasil do que no resto do mundo. O índice de bem-estar social sofreu uma queda de 19,4%, regredindo em níveis de 2012, ou seja, perdendo toda a evolução de uma década.

Os resultados da pesquisa realizada pela FGV indicam o que Richard Horton (2020, p. 874), editor da revista científica *The Lancet*, já havia assinalado no início deste artigo: “Não importa quão eficaz seja um tratamento ou quão protetora seja uma vacina, a busca por uma solução puramente biomédica contra a COVID-19 vai falhar”, pois trata-se de uma sindemia cujos efeitos vão muito além do que os esforços biomédicos são capazes de produzir. É necessário um esforço conjunto no sentido de ampliar a oferta de serviços públicos de qualidade, que, na maioria dos lugares, é sonogada pelo Estado, pela incapacidade de investimento e por total cumplicidade e impotência diante do neoliberalismo capitalista.

Mas nem tudo está perdido. A compreensão do problema por si só já é o início de sua resolução. Em consonância com o chamamento à luta de Giovanni Semeraro (2020), Célio Turino (2020), ex-secretário da Cidadania Cultural do Ministério da Cultura entre os anos de 2004/2010, vaticina que a saída está no fortalecimento da cultura local, que proporciona a rede de solidariedade, o afeto e o pertencimento necessários para a formulação de alternativas criativas que superem todas as armadilhas do capital e da sua indústria cultural. Turino faz uma comparação entre o poder e a potência criativa da cultura, na qual o primeiro retrai e subtrai a criatividade promovida pelo processo cultural libera. Por isso a cultura está mais apta, nos tempos atuais, a reformular o fazer político de forma multidirecional e horizontalizada.

Partindo das afirmações de Turino, podemos afirmar que o futuro do capitalismo é incerto como modelo gerador de riqueza e distribuidor de renda de maneira desigual, uma vez que, antes da crise gerada pela pandemia de Covid-19, já apresentava sinais de fadiga, tendo que recorrer a soluções cada vez mais cruéis

na aplicação de seu excedente para a geração de lucro —destruição da biodiversidade, exaustão na exploração de importantes biomas, aplicação de veneno nas lavouras, *gentrificação* nas cidades, exploração de mão de obra escrava etc. Mas quanto à cultura e seus coletivos, esses saem mais fortalecidos por serem constituídos de sentimentos que não são mensurados pelo capital e que se fortaleceram durante o período de pandemia, convertendo o afeto em solidariedade e empatia, o pertencimento em aconchego e a rede virtual em rede virtuosa, onde se trafega uma gama de soluções criativas para a superação da crise.

Mesmo de maneira intuitiva, a maioria dos coletivos de cultura é composta por membros que cultivam práticas sociais vinculadas às concepções marxistas de Estado, ou seja, reivindicam um Estado presente, seja como indutor, seja como promotor de políticas públicas. Existe a afirmação de que parte dos integrantes dos coletivos e grupos culturais demanda, de maneira intuitiva, ações estatais como parte da constatação de que existe uma heterogeneidade na formação dos dirigentes dos coletivos e grupos culturais que atuam nos subúrbios cariocas. Essa heterogeneidade também se reflete na diversidade de linguagens artísticas e culturais, que, muitas vezes, compõem o discurso político subliminar expresso na ação cultural dos coletivos nas redes sociais e virtuais, em uma demonstração de que, para além das práticas culturais, a ação dos coletivos também está impregnada de referências reivindicatórias por uma nova postura do Estado em relação ao território suburbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos, portanto, que, em função da pandemia, os coletivos impedidos de se manifestarem publicamente, ocupando as ruas, ampliaram sua participação pelas redes de telecomunicações virtuais, transformando esse instrumento do capitalismo em arma contra ele próprio, em uma espécie de efeito bumerangue; e, pela movimentação nas mídias sociais, que demonstram o vigor adquirido nessa disputa com as práticas capitalistas, dando mostras de que é possível a construção de um novo amanhã pós-pandemia. Exemplo disso é o fortalecimento do Viradão Cultural Suburbano (SOARES; MONTEIRO, 2021), festival cultural que envolve os

coletivos de cultura dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, da Baixada Fluminense e de Niterói, realizado desde 2019 e que, em 2020, ganhou uma versão virtual com um número muito maior de participantes, inclusive alguns de outros estados da Federação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. F. D. S. L. *Urbanismo em tempos de retração*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2009.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. *O que é o programa universidade para todos (Prouni)?* Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/tire-suas-duvidas-pesquisa/o-prouni/48-o-que-e-o-programa-universidade-para-todos-prouni>. Acesso em: 21 jun. 2021.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 27-53, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p27>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CLEMENTINO, M. L. M. Aula 4 - Economia Metropolitana e Desenvolvimento Regional *Youtube*, 16 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C7tB6hdSxMU>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FERNANDES, N. D. N. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*: Rio de Janeiro (1858-1945). Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.

HAESBAERT, R. Hibridismo cultural, “antropofagia” identitária e transterritorialidade. In: BARTHE-DELOIZY, F.; SERPA, A. (orgs.). *Visões do Brasil: estudos culturais em Geografia*. Salvador: EDUFBA, 2012.

HOLANDA, F. R. B. D. *Espaço de Exceção*. Brasília: Editora FRBH, 2018.

HORTON, R. Offline: COVID-19 is not a pandemic. *Lancet*, [S.l.], v. 396, n. 10255, p. 874, 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0140-6736\(20\)32000-6](https://doi.org/10.1016/s0140-6736(20)32000-6). Acesso em: 14 jun. 2021.

NERI, M. Pesquisa Bem-Estar Trabalhista, Felicidade e Pandemia. *FGV Social*, jun. 2021. Disponível em: <https://cps.fgv.br/FelicidadeNaPandemia>. Acesso em: 14 jun. 2021.

OSORIO, M.; REGO, H. R. S.; VERSIANI, M. H. Rio de Janeiro: trajetória institucional e especificidades do marco de poder. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (orgs.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

PASTERNAK-TASCHNER, S. *Política Habitacional no Brasil: retrospectiva e perspectivas*. São Paulo: FAU, 1997.

POCHMANN, M. *Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil*. São Paulo: Contemporâneo Publisher Brasil, 2009.

SEMERARO, G. *Fascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Móra, 2020.

SINGER, M. Reinventing medical anthropology: toward a critical realignment. *Soc Sci Med.*, [S.l.], v. 30, n. 2, p. 179-87, 1990. DOI: 10.1016/0277-9536(90)90078-7.

SOARES, C, J.; MONTEIRO, C. Viradão Cultural Suburbano: As Culturas vistas como formas de Luta e Terrenos de Conflitos na Busca Por Igualdade Social. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 10., 2020. *Anais [...]* São Paulo: UNESCO, 2020. Disponível em: <http://catedrapoliticasculturais.rb.gov.br/anais-do-x-seminario-internacional-de-politicas-culturais-2/>. Acesso em: 25 jun. de 2021.

TURINO, C. *Por Todos os Caminhos: Pontos de cultura na América Latina*. São Paulo: Edições Sesc, 2020.

VALLADARES, L. D. P. *A Invenção da Favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

VALLADARES, L. D. P. *Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.